



21 DE JULHO DE 2015

Terça-feira

- PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB nº979/2015
- CHERY VAI INVESTIR R\$ 400 MILHÕES EM LINHA DE MONTAGEM DE SUV EM JACAREÍ
- RECUPERAÇÃO DO MERCADO E CÂMBIO IMPULSIONAM EXPORTAÇÕES DO PARANÁ
- HONDA VENDERÁ HONDAJET NO BRASIL EM PARCERIA COM LÍDER AVIAÇÃO
- PAÍS DEMITIU 18 MIL PESSOAS COM CURSO SUPERIOR EM JUNHO
- EDITORIAL: PROTECIONISMO SOB ACUSAÇÃO
- VAMOS "SOLARIZAR" O BRASIL
- GOVERNO E EMPRESÁRIOS NÃO SE ENTENDEM SOBRE PEDÁGIO
- GOVERNO ESTADUAL LANÇA PROGRAMA PARA PARCELAR TRIBUTOS EM ATRASO
- FUNCIONÁRIOS DA URBS PODEM ENTRAR EM GREVE SE PAGAMENTO NÃO FOR FEITO
- CHERY INVESTIRÁ US\$ 100 MI PARA FAZER TIGGO 5
- GENERAL MOTORS FAZ 15 ANOS EM GRAVATAÍ (RS)
- BRASIL JÁ PAGA TAXA DE JUROS DE PAÍS SEM GRAU DE INVESTIMENTO
- FATURAMENTO DE PEQUENAS EMPRESAS DE SP CAI 10,2%
- RECEITA FEDERAL ALERTA EMPRESÁRIOS PARA GOLPE POR TELEFONE
- NÚMERO DE EMPRESAS INADIMPLENTES SOBE 5,38% NO PRIMEIRO SEMESTRE
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 0,6% EM JULHO ANTE JUNHO, APONTA PRÉVIA DA FGV
- GOVERNO CONFIRMA FLEXIBILIZAÇÃO DE REGRAS DO MERCADO DE RESSEGURO
- FIAT, FORD, BMW E FERRARI CONVOCAM RECALL
- VENDA DO HSBC PARA O BRADESCO ESTÁ PRESTES A SAIR

- CCEE CONTABILIZA 11 LIMINARES CONTRA DÉFICIT HÍDRICO
- FATURAMENTO DOS PEQUENOS EMPRESÁRIOS CAIU 10,2% EM MAIO
- STEINBRUCH VENDE OS ANÉIS
- CONTRA A CRISE, VALE FOCA PESQUISA EM PRODUTIVIDADE
- PROFUNDIDADE DA CRISE SURPREENDE E ESPECIALISTAS DISCUTEM SAÍDAS
- EXCESSO DE TRIBUTOS GERA SÉRIA AMEAÇA À MINERAÇÃO

CÂMBIO EM 21/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,181	3,182
Euro	3,454	3,456

Fonte: BACEN

Portaria Conjunta PGFN/RFB nº979/2015

21/07/2015 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Sociedade de Advogados

Refis da Crise – Utilização de prejuízos fiscais com eventos de incorporação, fusão ou cisão

A Portaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 979/2015, publicada recentemente no Diário Oficial da União, disciplinou o tratamento dado às empresas que ingressaram no denominado "Refis da Crise", estabelecido pelo art. 2º da Lei nº 12.996/2014, e que passaram por processos de fusão, incorporação ou cisão.

Segundo a Portaria, o parcelamento das dívidas (Refis da Crise) será cancelado em caso de extinção da pessoa jurídica por operação de incorporação, fusão ou cisão total ocorrida em data anterior à adesão ao programa.

Nessa hipótese, os débitos da empresa extinta poderão ser consolidados pela pessoa jurídica sucessora, caso ela seja optante pelas modalidades de parcelamento ou pagamento à vista do "Refis da Crise".

Na hipótese de extinção da pessoa jurídica em data posterior à adesão ao Refis, seus débitos serão consolidados nas modalidades de parcelamento ou no pagamento à vista por ela requeridos, independentemente da existência de pedido de adesão às modalidades de parcelamento ou ao pagamento à vista efetuados pela pessoa jurídica sucessora.

Assim, se as duas empresas são optantes pelo Refis, a consolidação dos débitos da sucessora deve ocorrer separadamente dos débitos da pessoa jurídica extinta. Lembramos ainda que a Portaria também trata do parcelamento por Órgãos Públicos. Por fim, informamos que a referida Portaria entrou em vigor em 15/07/2015.

Chery vai investir R\$ 400 milhões em linha de montagem de SUV em Jacareí

21/07/2015 – Fonte: CIMM

A Chery vai investir R\$ 400 milhões na construção da terceira linha de montagem na fábrica de Jacareí (SP). Segundo adiantou ao Broadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado, o vice-presidente da montadora no Brasil, Luis Curi, a nova linha será destinada à produção do SUV Tiggo 5 e terá capacidade para montar até 30 mil unidades por ano.

A expectativa da empresa é de que as obras comecem em setembro e fiquem prontas em 18 meses. Quando estiver em operação, a nova linha deve gerar 220 postos de trabalho na planta, que tem atualmente cerca de 500 funcionários.

Dos R\$ 400 milhões que serão investidos, o vice-presidente da Chery explicou que cerca de R\$ 150 milhões serão destinados a compra de equipamentos; R\$ 130 milhões para engenharia; R\$ 80 milhões para obras físicas de expansão; R\$ 20 milhões para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e R\$ 20 milhões para capital de giro.

Todo o montante a ser investido virá de capital próprio da matriz da montadora na China. "Por enquanto, a fábrica daqui ainda é só prejuízo", diz o executivo.

Curi ressalta que o Tiggo 5 deve ter algumas diferenças do modelo produzido na China. Antes do início da produção nacional, o modelo deve chegar ao Brasil importado da matriz.

De acordo com o executivo, a previsão é de que o modelo importado comece a ser vendido entre outubro e novembro. Antes disso, a Chery deve lançar o New QQ nacional, que também começará a ser produzido no País ainda em 2015.

A linha de montagem do Tiggo 5 será a terceira na fábrica de Jacareí, inaugurada em agosto de 2014. Desde fevereiro, a montadora já produz o Celer em série. Segundo Curi, atualmente são fabricadas cerca de 40 unidades do modelo por dia, produção abaixo da capacidade de 80 carros.

A segunda linha de montagem será a do QQ, que já está pronta e deve começar a operar no último trimestre deste ano, com capacidade para produzir até 25 mil unidades por ano. Essa linha, diz o executivo, deverá gerar 200 postos de trabalho.

Melhores opções

"A matriz da Chery na China vê o Brasil, ao lado da Rússia, como uma de suas melhores opções de negócio", afirmou Curi, ao justificar o investimento da Chery no País em um período de crise da indústria automotiva nacional.

Para o executivo, apesar da queda de 18,4% na venda de automóveis e comerciais leves novos em 2015 até junho, a montadora acredita que o retorno a níveis de quatro anos atrás é "totalmente factível". "Acreditamos que existe mercado para crescer, desde que cresça a renda", disse.

Para o executivo, uma possível retomada das vendas internas deve ficar para 2017, quando ele prevê um mercado "mais calmo". "2016 também deve ser um ano de ajustes,

embora menos impactantes, mas ainda de ajustes", acrescentou, prevendo um mercado de 2,7 milhões de unidades no próximo ano. Para 2015, o vice-presidente da Chery estima que deverão ser emplacados cerca de 2,5 milhões de automóveis e comerciais leves, o equivalente a queda de quase 30% ante os 3,5 milhões emplacadas no ano passado.

Anúncio oficial

O anúncio oficial do lançamento da nova linha de montagem do Tiggo 5 será feito pela direção da Chery nesta segunda-feira (20), durante a cerimônia de lançamento oficial do Polo Automotivo e Tecnológico de Jacareí.

Em abril, a montadora anunciou que a construção do parque de fornecedores na unidade deverá totalizar investimentos de US\$ 300 milhões, a serem feitos pelas empresas que pretendem se instalar no local. O objetivo é atrair até 25 companhias, com potencial de gerar até 5 mil empregos.

De acordo com Curi, no local deverão ser produzidos rodas, amortecedores, freios, sistemas de direção, bancos, tanques de combustíveis, motores e transmissão.

O vice-presidente ressalta que nove empresas já "demonstraram" a intenção de se instalar no polo, mas somente uma delas, a brasileira Abrazu, do setor de logística, já começou a construir.

A previsão da Chery é de que a fábrica da Abrazu fique pronta em até um ano. "O polo vai desafogar nosso custo logístico", destacou.

As empresas que se instalarem no local receberão benefícios fiscais. Curi adiantou que, durante o evento de Segunda-feira em Jacareí, a prefeitura deverá anunciar a edição de uma lei específica prevendo isenção de alguns tributos para essas autopeças, como Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), por até 4 anos, e pagamento da alíquota mínima do Imposto sobre Serviço (ISS).

Recuperação do mercado e câmbio impulsionam exportações do Paraná

21/07/2015 – Fonte: CIMM

Apesar da crise econômica e da perda de vigor do comércio exterior brasileiro em geral, alguns segmentos no Paraná estão conseguindo driblar as dificuldades e ampliar exportações, impulsionadas pela desvalorização do real frente ao dólar, pela recuperação da economia dos Estados Unidos e pelo crescimento de países da América Latina.

Setores como de papel e madeira, bens de capital, compressores e bombas, carnes e café seguem em frente no mercado externo, com aumento de vendas acumuladas no primeiro semestre de até 51% na comparação com o mesmo período do ano passado.

"Os resultados desses setores demonstram que, não obstante o cenário nacional um tanto quanto desfavorável, as exportações do Paraná vêm respondendo às demandas de recuperação do mercado internacional, privilegiando os produtos de maior valor adicionado, além da natural pujança do agronegócio", afirma Julio Takeshi Suzuki Júnior, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

Bens de capital

Mesmo com indústria de máquinas praticamente parada em todo o País, o Paraná vem se destacando na exportação desses equipamentos, que são fabricados aqui por empresas como CNH Industrial Latin America e Caterpillar.

O movimento está sendo puxado pela retomada de obras de construção, especialmente em países da América Latina e do Oriente Médio.

O México, principal destino das exportações de máquinas do Paraná, aumentou em 10% suas encomendas – para US\$ 25 milhões - no primeiro semestre, segundo levantamento do Iparde com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Mas os grandes destaques foram os crescimentos do Chile, com alta de 245,85%, para US\$ 12,7 milhões, e da Arábia Saudita, com US\$ 7,87 milhões, com avanço de 265,48%.

Fabricantes de compressores e bombas também estão conseguindo superar o cenário adverso e aumentaram em 12,9% as vendas externas, para US\$ 64,9 milhões no período, puxadas pelas compras da Alemanha, Venezuela e França.

“Por enquanto são os segmentos já tradicionalmente exportadores que estão aproveitando o dólar valorizado para ampliar suas vendas. Eles, de certa forma, estão antecipando a tendência que vamos ver nos demais segmentos, que devem apostar mais no comércio exterior também para compensar o mercado interno bastante deprimido.

Com a melhora no câmbio, as exportações passam a ser uma alternativa”, diz Roberto Zürcher, da Fiep.

Honda venderá HondaJet no Brasil em parceria com Líder Aviação

21/07/2015 – Fonte: CIMM

A Honda Aircraft anunciou nesta segunda-feira (20) que começará este ano a vender o jato executivo HondaJet no Brasil, marcando a entrada da aeronave na América do Sul.

O jato com capacidade para até seis passageiros vai estreiar na feira de aviação Latin American Business Aviation Conference & Exhibition (Labace) deste ano, marcada para entre 11 e 13 de agosto, em São Paulo.

"O segmento de aviação em geral têm obtido crescimento expressivo no Brasil. O país é o segundo maior mercado mundial para vendas de jatos executivos novos", disse em comunicado o presidente-executivo da Honda Aircraft, Michimasa Fujino.

"Expandir as vendas para este importante mercado é parte da nossa estratégia global de vendas para o HondaJet", acrescentou.

A companhia nomeou a empresa da táxi aéreo Líder Aviação como distribuidor exclusivo para serviços, vendas e suporte do HondaJet.

A empresa brasileira já representa no país a canadense Bombardier e a norte-americana Beechcraft e não comentou meta de vendas do modelo.

O jato, que nos Estados Unidos custa 4,5 milhões de dólares, é a primeira aeronave comercial da Honda Aircraft, companhia estabelecida em 2006.

A principal característica do modelo são os motores instalados acima das asas, que permitem mais espaço na cabine e menor ruído.

A Honda afirma que o avião é o mais rápido e o de consumo de combustível mais eficiente de sua classe, dominada pelo Cessna, da Textron, e pelos modelos da Embraer.

País demitiu 18 mil pessoas com curso superior em junho

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O país fechou 18,2 mil postos de trabalho ocupados por profissionais de nível superior em junho. Foi o segundo mês seguido em que houve mais demissões do que contratações de trabalhadores com diploma universitário.

Os dados, relativos ao emprego com carteira assinada, são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e não incluem declarações enviadas pelas empresas fora do prazo legal.

Em maio, conforme a Gazeta do Povo revelou na semana passada, [cerca de 5,7 mil pessoas com esse nível de instrução haviam perdido o emprego](#). Até então, o corte de vagas desse tipo era inédito em 2015 e nunca havia ocorrido em meses de maio na série histórica iniciada em 2004.

Setores

De cinco grandes setores da economia, apenas a agropecuária registrou saldo positivo para o emprego de nível superior – e ainda assim a diferença entre admissões e desligamentos foi pequena, de 61 vagas.

O setor de serviço liderou as dispensas, com corte de 11 mil trabalhadores, seguido por comércio (-3,2 mil), indústria (-2,8 mil) e construção civil (-1,3 mil).

No acumulado do primeiro semestre, quem lidera as demissões é a indústria, com fechamento de 8,8 mil vagas em todo o país. A construção civil dispensou 6,6 mil trabalhadores com diploma universitário e o comércio, pouco mais de 900.

Apesar da baixa de junho, o setor de serviços ainda acumula a geração de 60 mil empregos de nível superior neste ano. A agropecuária, por sua vez, preencheu 470 vagas.

Estados

Entre as 27 unidades da federação, somente quatro criaram vagas de nível superior em junho (Ceará, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal). O Paraná foi o sexto estado que mais demitiu, com o fechamento de 695 postos de trabalho no mês.

No acumulado do ano, o saldo do emprego para profissionais com diploma ainda é positivo, mas muito inferior ao observado no ano passado.

De janeiro a junho, a economia nacional contratou 44,1 mil trabalhadores formados, 66% menos que os 129,5 mil do primeiro semestre de 2014. No Paraná, foram criados 6,7 mil empregos desse tipo neste ano, ante 10,6 mil no mesmo período do ano passado.

Editorial: Protecionismo sob acusação

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Brasil acaba de entrar em zona de conflito econômico com a União Europeia (UE) e o Japão. Em um documento com mais de 3 mil páginas apresentado à Organização Mundial do Comércio (OMC), a UE contesta a proteção à indústria nacional feita pelo governo Dilma Rousseff e destaca que o Brasil ergueu barreiras comerciais pesadas por meio de tributação indireta sobre produtos importados, em alguns casos passando dos 80%.

O Japão também apresentou ação contra a política industrial brasileira, sob a alegação de que o governo brasileiro viola normas da OMC e causa prejuízo à competição e ao consumidor nacional.

Na ação promovida pela UE contra o Brasil, são anexados mais de 200 documentos em mais de 2,5 mil páginas com o que seriam as provas da violação de regras, tais como leis, portarias e outras medidas implementadas para proteger as empresas nacionais.

A UE pede que o Brasil seja condenado por discriminação a produtos estrangeiros, uso de subsídios vinculados à exportação e ao conteúdo local, e programas que beneficiam os setores automotivo, eletrônico e de máquinas de uso profissional ou industrial.

Em relação a esse processo, duas questões essenciais se destacam: o direito do país em promover incentivo à indústria nacional, de um lado; e o fato de os países promotores da ação contra o Brasil também fazerem uso de subsídios internos, sobretudo os destinados a proteger a ineficiente agricultura europeia e japonesa.

O Brasil insistiu em aprovar continuamente medidas de proteção ao produto nacional. Nos tratados internacionais e na ação dos organismos reguladores do comércio exterior, sobretudo a OMC, reconhece-se o direito de as nações desenvolverem programas de incentivo à ciência e à pesquisa, e os destinados à absorção de tecnologias desenvolvidas no resto do mundo.

Também é aceito que os países adotem política cambial capaz de estabelecer o preço da moeda estrangeira em patamar realista. A taxa de câmbio pode – e deve – flutuar livremente de forma a sofrer desvalorização (aumento do preço do dólar) quando o país vai mal e ser valorizada (redução do preço do dólar) quando o país vai bem.

Um exemplo dos problemas vividos pelo Brasil vem do tempo em que, mesmo com inflação se repetindo ano após ano, o preço do dólar se manteve em níveis muito baixos, criando prejuízo para empresas exportadoras nacionais e favorecendo as empresas estrangeiras fornecedoras do Brasil.

Nos últimos anos do governo Lula, o preço do dólar permaneceu por bom tempo abaixo dos R\$ 2, contra uma inflação acumulada desde julho de 1994 (quando foi implantado o Plano Real e a taxa de câmbio foi fixada em R\$ 1 por dólar) acima de 350% nos 20 anos seguintes.

Por essa razão, os exportadores diziam que a taxa de câmbio necessária, após descontar a inflação internacional e os ganhos de produtividade da economia brasileira, deveria situar-se em torno dos R\$ 3,20.

Com a taxa de câmbio muito baixa, mesmo as políticas de proteção acabam por não funcionar, tendo seu efeito anulado pela redução na receita dos exportadores e pelo estímulo sobre as importações, que se tornam atrativas e mais baratas que os produtos nacionais.

O Brasil insistiu em aprovar continuamente medidas de proteção ao produto nacional e, após a taxa de câmbio ter sido desvalorizada e o preço do dólar ter sido jogado para acima dos R\$ 3, o Japão e a UE resolveram entrar com ação na OMC para contestar a política protecionista brasileira.

Tanto Japão quanto vários países europeus oferecem subsídios a produtores agrícolas nacionais, e o Brasil já promoveu ações contra as práticas dessas nações. Embora esses países não sejam completamente isentos de culpa em suas práticas protecionistas, a reclamação contra as medidas do governo Dilma diz respeito à dosagem do protecionismo brasileiro, que, segundo os reclamantes, está fora dos limites aceitos de incentivo à pesquisa e à tecnologia, vai contra normas da OMC, discrimina os produtos estrangeiros e prejudica o consumidor brasileiro ao obrigá-lo a pagar mais caro pelo produto nacional.

Assim, a questão estaria no abuso praticado pelo governo brasileiro e na violação de normas de comércio internacional. Se as afirmações dos reclamantes se mostrarem verdadeiras, a conjunção de medidas protecionistas e dólar alto se revelaria contra o interesse do próprio trabalhador brasileiro – que, ao pagar mais por produtos nacionais, estaria sustentando uma indústria nacional ineficiente, parte por culpa da própria indústria e parte por culpa da precária infraestrutura física do país.

Os desdobramentos do julgamento permitirão melhor avaliação dos argumentos levantados pelos países contendores e das práticas protecionistas brasileiras.

Vamos “solarizar” o Brasil

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Estamos vivendo mais um marco fundamental e uma oportunidade para a revolução energética no Brasil. Em 22 de junho, terminou o prazo para envio de sugestões para a alteração da Resolução 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O que isso tem a ver com o cidadão consumidor de energia? O que isso realmente muda em como cada um pode fazer parte dessas decisões de energia, que são basicamente do governo? Tudo!

A resolução 482 da Aneel foi a primeira no Brasil a possibilitar que pessoas, empresas e qualquer um que tenha interesse em gerar a sua própria energia possa, de verdade, ser um produtor de energia, um gerador, parte da solução neste cenário de altas tarifas de energia e de possibilidades atuais e futuras de saída da crise energética, hídrica e climática.

Ou seja, a partir da sua criação, qualquer cidadão poderia instalar, por exemplo, seus painéis solares e gerar sua tão preciosa energia, para no fim do mês ter um abate na sua conta de luz, que cada vez fica mais cara.

Porém, todos se perguntam: por que isso ainda não gerou um movimento solar no Brasil? Dizem que ainda é caro, que não vale a pena, e que é utopia de quem acredita que descentralizar a matriz é uma alternativa de inclusão social. Estes mitos não são mais a realidade.

Temos um sonho: de que no futuro possamos não precisar pagar pela nossa energia e ainda receber pela energia adicional gerada. A queda nos preços dos equipamentos e tecnologias para a energia solar tem melhorado muito a atratividade do setor, chegando a ter um retorno de investimento em cinco anos, o que pode gerar mais 25 anos de benefícios econômicos.

O Brasil tem um potencial solar imenso. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), se o Brasil instalar painéis solares em 0,03% do seu território, atenderia toda a demanda energética do país.

Usando apenas os telhados seria possível produzir o dobro da demanda residencial. Até a Alemanha, onde a insolação máxima é menor que a brasileira mínima, gera mil vezes mais em energia solar que o Brasil.

A primeira versão da Resolução da Aneel criou a possibilidade para o consumidor compensar sua energia, e no fim do mês pagar só a diferença.

Ou seja, se a pessoa gerar 200 kW e consumir 150 kW, sobram 50 kW para usar depois – e, se faltar, paga a diferença. O tempo para compensar isso era um dos pontos da resolução anterior.

Ela previa um limite de três anos para o uso dos créditos. Mas isso significaria perda para aqueles que geraram energia e investiram em painéis solares.

A expectativa é que a Aneel incorpore as contribuições que solicitam o pagamento dos créditos a quem gerou a energia, ou que eles sejam remunerados por isso e por tempo indeterminado.

O acordo entre pessoas físicas e empresas é outro importante debate. A resolução atual só possibilita que a compensação seja feita entre unidades com o mesmo CPF ou CNPJ, dificultando essas parcerias.

Uma das grandes demandas para a revisão foi a de que qualquer gerador possa compensar entre unidades que façam acordos de fato ou de direito – ou seja, uma pessoa poderia fazer um acordo com uma empresa ou com um vizinho, por exemplo, e cobrir seu telhado com painéis solares.

Neste cenário, um poderia apoiar o outro financeiramente, reduzindo a conta de luz da unidade que está gerando e, caso haja adicional, este poderia ser repassado para uma empresa ou outra casa, criando novas oportunidades econômicas.

Apesar de o Brasil ter um enorme potencial de energia solar, a resolução ainda não permite que uma pessoa gere mais energia do que consome.

No futuro, esperamos que uma pessoa possa não só gerar mais do que consome, mas também receber o adicional até o dobro do que gerou.

Temos um sonho: de que no futuro possamos não precisar pagar pela nossa energia e ainda receber pela energia adicional gerada com créditos por tempo indeterminado.

E mais ainda: que sejam permitidos acordos entre empresas e vizinhos para ajudar a pagar pelos sistemas solares e garantir a segurança energética e a inclusão de todos nesta oportunidade.

Até lá, um longo caminho precisa ser traçado, mas este sonho está mais perto do que imaginamos.

Outros países já estão vivendo e se preparando para este cenário; para seguir o mesmo caminho, precisamos de proatividade e apoio dos governos e do setor privado, e que a sociedade exija e demande ser parte dessa revolução solar no Brasil.

Análises econômicas já mostram o imenso potencial e o que estamos perdendo investindo no passado, como as térmicas fósseis. O futuro traz o potencial de inclusão social,

respeito ambiental e desenvolvimento econômico transparente. E aí, vamos solarizar o Brasil?

(André Nahur é coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil.)

Governo e empresários não se entendem sobre pedágio

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A possível renovação antecipada dos contratos de pedágio gerou uma guerra de versões entre as principais entidades do setor produtivo paranaense e membros do primeiro escalão do governo estadual.

O G7, fórum que reúne as principais entidades representativas do empresariado, rachou. Numa versão, a discussão começou a pedido dos secretários Eduardo Sciarra (Casa Civil) e Silvio Barros (Planejamento). Noutra, a agenda partiu da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep).

Evolução

Entenda a discussão sobre o pedágio no Paraná:

Origem

O Paraná tem 2,4 mil quilômetros de rodovias concedidas à iniciativa privada desde 1998, dos quais 1,8 mil são de estradas federais delegadas ao governo do estado. Os contratos acabam em novembro de 2021. Ao longo de 17 anos, mais de 150 ações judiciais foram movidas tentando rever os contratos.

Pais da proposta

Em 16 de março, representantes do G7, grupo que reúne as principais entidades do setor produtivo paranaense, se encontraram com os secretários Eduardo Sciarra (Casa Civil) e Silvio Barros (Planejamento). Na reunião, abordaram o pedágio. O coordenador do grupo e presidente da Fiep, Edson Luiz Campagnolo, disse que o tema foi trazido pelos secretários. Sciarra e os presidentes da Faep e Fetranspar negaram.

Negociação em Brasília

Em 1º de julho de 2015, cinco entidades do G7 (Faep, Fecomércio, ACP, Faciap e Fetranspar) entregaram um pedido ao Ministério dos Transportes para que o governo federal renove a delegação das rodovias federais pedagiadas ao governo do estado. Foi o primeiro passo para a renovação dos contratos com as concessionárias. A gestão Richa pegou carona na demanda e, pela primeira vez, abraçou publicamente a possibilidade de renovar os contratos.

Grupo de trabalho

Em resposta às entidades, o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, determinou a criação de um grupo de trabalho sobre a proposta. Richa designou a vice-

governadora Cida Borghetti (Pros), e os secretários Sciarra e José Richa Filho (Infraestrutura) para coordenar a equipe.

Decisão

O grupo de trabalho, que deve operar até o final do ano, vai produzir um relatório sobre os possíveis resultados de uma prorrogação dos contratos com as concessionárias. De acordo com a vice-governadora, a premissa é reduzir as tarifas e ampliar as obras.

Parlamentares como os senadores Gleisi (PT) e Requião (PMDB), além de outras entidades como Fiep e Ocepar, defendem que se espere o fim do contrato e depois se faça uma nova licitação.

A discórdia gira em torno de uma reunião do G7 realizada em 16 de março na sede da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep). O encontro tinha apenas uma pauta: o aumento de ICMS previsto no pacote de ajuste fiscal do governo Beto Richa (PSDB).

Durante a conversa, no entanto, a agenda migrou para a renovação do convênio de delegação de 1,8 mil quilômetros de rodovias federais, primeiro passo para a prorrogação dos contratos de pedágio, que acabam em novembro de 2021.

“Quem introduziu a questão foram os secretários”, diz o presidente da Fiep e coordenador do G7, Edson Luiz Campagnolo. “Como não havia consenso, o G7 decidiu posteriormente que não entraria na questão e cada entidade agiu como achou melhor.”

Do outro lado, o presidente da Faep, Ágide Meneguette, disse que foi ele quem levantou o assunto. “A pauta era mesmo o ICMS. Mas depois que o assunto terminou, levantei o braço e perguntei: e o pedágio, como e quando vamos tratar dessa situação?” A versão de Meneguette é a mesma de Sciarra. “Foi o Ágide quem falou. O que nós fizemos foi acompanhar uma demanda das entidades”, disse.

A reportagem entrou em contato com os demais cinco dirigentes das entidades do G7. Apenas o presidente da Federação de Transportes do Paraná (Fetranspar), Sérgio Malucelli, tomou partido. “Não foi o governo que iniciou essa conversa, fomos nós. Quem está dizendo o contrário, está enganado”, declarou.

Formalmente, somente a Fiep e o Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) são contra a antecipação da renovação dos contratos.

Ambas as entidades entendem que é melhor esperar pelo fim dos acordos vigentes e então fazer uma nova licitação. Todas as demais assinaram uma carta encaminhada ao Ministério dos Transportes no dia 1.º de julho solicitando a renovação do convênio de delegação.

Apesar do alinhamento com a Fiep, o presidente da Ocepar, João Paulo Koslowski, não quis comentar como foi a reunião de 16 de março.

“Ontem mesmo chegamos a um consenso de que o único que fala sobre reunião do G7 é o coordenador [Campagnolo], que é quem tem as atas das reuniões. Não sou eu quem vai jogar mais lenha na fogueira”, disse Koslowski.

O silêncio também foi a opção do presidente da Associação Comercial do Paraná, Antonio Espolador Neto. Procurado, o presidente da Federação do Comércio do Paraná, Darci Piana, não retornou as ligações.

Já o presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), Guido Bresolin Júnior, disse não se lembrar de quem trouxe a discussão para o G7. "Não importa quem é o pai da criança", afirmou.

Governo estadual lança programa para parcelar tributos em atraso

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo do Paraná lançou nesta segunda-feira (20) um programa voltado para contribuintes que têm débitos tributários em atraso. Por meio do Programa Especial de Parcelamento, as dívidas poderão ser pagas em até 120 parcelas (dez anos), com redução de 50% do valor da multa e de 40% dos juros.

Caso opte pelo pagamento à vista, o contribuinte terá 75% de desconto sobre o valor da multa e de 60% sobre os juros. O programa é válido para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.

A previsão do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, é que o estado arrecade cerca de R\$ 700 milhões com a medida. "Temos cerca de R\$ 5 bilhões de dívidas de contribuintes ativos e a nossa expectativa é que, até o mês de setembro, haja uma adesão líquida de R\$ 700 milhões", disse Costa, em texto divulgado pela Agência de Notícias do Paraná.

Como funciona

O programa abrange débitos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), além de taxas de quaisquer espécies e origens, multas administrativas de natureza não-tributária e multas contratuais.

Para a liquidação parcelada, os valores serão corrigidos mensalmente pela taxa Selic. A primeira parcela deve ser paga no último dia útil do mês de adesão ao programa. Os vencimentos das demais parcelas ocorrerão no dia 25 de cada mês.

Os valores mínimos das parcelas serão de R\$ 500 para pessoas jurídicas e de R\$ 100 para pessoas físicas.

A adesão poderá ser feita por solicitação do contribuinte, exclusivamente pela internet, [no site da Secretaria da Fazenda](#), ou por meio de proposta do estado, que será enviada pelos Correios. O prazo para aderir ao programa vai até 30 de setembro.

A homologação ocorrerá com o pagamento da primeira parcela ou da parcela única.

Cadastro de inadimplentes

O governo estadual também lançou, nesta segunda-feira (20), o Cadastro de Inadimplentes (Cadin), que vai fazer o registro das pendências que pessoas físicas e jurídicas possuem com o estado e que resultará em restrições em seus relacionamentos com o governo. O registro dos inadimplentes no Cadin começa a partir do mês de outubro.

O Cadin será gerido pela Secretaria da Fazenda e vai centralizar as pendências que empresas e cidadãos possuem junto a órgãos da administração direta e indireta do Paraná.

Os inscritos no cadastro ficarão impedidos de realizar, com órgãos ou entidades da administração estadual, qualquer convênio, acordo, ajustes ou contratos que envolvem desembolso de recursos do estado. Também não poderão receber incentivos fiscais e nem créditos do Programa Nota Paraná, que será lançado em breve.

“Se os inadimplentes não fizerem adesão ao programa de parcelamento das dívidas, ele será registrado na Cadin”, explicou o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. “Mas nossa expectativa é que haja essa adesão”, completou.

Funcionários da Urbs podem entrar em greve se pagamento não for feito

21/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Pagamentos pendentes podem deflagrar uma greve na Urbs a partir da próxima segunda-feira (27). De acordo com o SindiUrbano Paraná, sindicato que representa os servidores, os funcionários aguardarão a prefeitura efetuar o depósito dos salários e vale-alimentação até o próximo sábado (25), data prevista para o pagamento. Caso contrário, servidores de todos os setores do órgão devem paralisar as atividades.

O presidente do sindicato, Valdir Mestriner, explicou que a greve foi deliberada em assembleia da categoria após a Urbs sinalizar o risco de não efetuar os pagamentos. Na semana passada, os servidores já haviam aprovado indicativo de greve, para o dia 17, [condicionado ao pagamento da primeira parcela do décimo terceiro](#); como a autarquia efetuou os depósitos, a paralisação não aconteceu.

Até o momento, a empresa não possui débitos com seus funcionários, embora, segundo Mestriner, alguns empregados tenham enfrentado problemas nesse fim de semana para utilizar o cartão do plano de saúde nesse fim de semana, que estaria bloqueado por falta de pagamento. A Urbs explicou que o prazo para quitar a fatura da Unimed vence nessa segunda-feira (20) e que os pagamentos já foram feitos.

“A informação que nós temos é de que a empresa não garante o depósito de salários e benefícios. Fomos surpreendidos porque isso nunca aconteceu antes. Questionamos essa posição porque não há nada de diferente nas receitas e despesas da Urbs que justifique o atraso”, disse.

Caso a greve seja deflagrada, o sindicato estima que a adesão seja grande. A paralisação comprometerá o gerenciamento e a fiscalização do transporte coletivo (serviços de emissão e carregamento do cartão-transporte, por exemplo, são interrompidos), a manutenção e limpeza da rodoviária e o gerenciamento e fiscalização dos táxis.

Uma outra questão que deve movimentar a semana dos funcionários é a proposta para a renovação do acordo coletivo, que deve ser apresentada pela Urbs nessa quinta-feira (23).

Segundo Mestriner, o sindicato já discutiu com os trabalhadores e a expectativa é que a proposta da classe patronal contemple, no mínimo, o reajuste da inflação sobre os salários e vale-alimentação. Menos que isso possivelmente será rejeitado.

Outro lado

A Urbs os pagamentos de salários e vale-alimentação podem ser feitos até o dia 25 de cada mês e que, até lá, não deve se manifestar.

Chery investirá US\$ 100 mi para fazer Tiggo 5

21/07/2015 – Fonte: Automotive Business



No mesmo dia em que formalizou com a prefeitura de Jacareí (SP) parceria para a criação de um parque de fornecedores no entorno de sua fábrica na cidade, que já havia sido anunciado em maio passado com previsão de investimentos que podem chegar a US\$ 300 milhões (leia [aqui](#)), a Chery confirmou um aporte adicional de US\$ 100 milhões na planta do Vale do Paraíba para iniciar, em 2017, a fabricação no País da quinta geração do SUV Tiggo.

A Chery já havia confirmado, ainda em dezembro de 2014, que iria produzir o Tiggo 5 no Brasil, mas a partir do segundo semestre deste ano (leia [aqui](#)). Contudo, a reversão das expectativas para o mercado brasileiro mudou os planos.

A marca chinesa esperava vender 30 mil carros no País em 2015, depois baixou essa projeção para 20 mil em abril, mas será difícil alcançar 10 mil, o mesmo número de 2014, tendo em vista o desempenho do primeiro semestre, no qual foram vendidas apenas 2,9 mil unidades, em queda de 32,5% sobre os mesmos seis meses do ano passado.

Com isso, o projeto de produção local do SUV tinha ido para a gaveta.

Agora, segundo a empresa, o plano de investimento será apresentado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nos próximos dias, para enquadramento do projeto no Inovar-Auto – que dessa forma garante isenção de 30 pontos percentuais de IPI para carros importados que serão produzidos no País, caso do Tiggo.

A previsão de início das obras da nova linha em Jacareí é de setembro próximo, com duração de aproximadamente um ano e meio, para começar a produção do Tiggo 5 no primeiro semestre de 2017, segundo informou a Chery. A fabricante confirmou ainda que a linha terá capacidade para montar 30 mil unidades/ano e deverá abrir 220 postos de trabalho.

O Tiggo deverá ser o quarto modelo da marca produzido em Jacareí, onde já está sendo fabricado o Celer em versões hatch e sedã.

O próximo da lista é o compacto QQ, previsto para entrar na linha brasileira até o fim deste ano com abertura de mais 200 vagas na fábrica, que já tem 500 empregados atualmente.

FÁBRICA E PARQUE DE FORNECEDORES

Situada dentro de um terreno de mais de 1 milhão de metros quadrados, a planta da Chery em Jacareí começou a ser construída em junho de 2011 e recebeu aportes de US\$ 400 milhões.

Tem área construída total de 400 mil metros quadrados que abriga soldagem de carrocerias, pintura e montagem final; as partes estampadas ainda vêm importadas da China.

A capacidade instalada inicial é de 50 mil unidades/ano, mas o projeto previa chegar 150 mil/ano em uma segunda fase. A criação do parque de fornecedores também já estava prevista, mas os planos foram acelerados com a maior necessidade de nacionalização de componentes, tanto para compensar a alta do dólar como para atender as regras do Inovar-Auto, que permite o desconto do valor gasto com compras de peças nacionais de 30 pontos porcentuais do IPI.

Segundo o acordo da Chery assinado com a prefeitura de Jacareí na segunda-feira, 20, a construção do polo começa ainda no segundo deste ano e terá disponível uma área de 4 milhões de metros quadrados para abrigar 24 fabricantes de autopeças e prestadores de serviços, com estimativa de abrir 5 mil postos de trabalho.

As empresas terão isenção de Imposto Territorial Urbano (IPTU) pelo período de quatro anos. Além disso, ficarão livres de pagar Imposto de Transmissão Inter Vivos (IPTI) para a aquisição de bens imóveis no município e poderão abater os custos das obras de tributos municipais.

Das 24 empresas esperadas para se instalar no novo parque de fornecedores, a Chery informa que está em "negociações avançadas" com oito, que em breve serão anunciadas.

Estão incluídas na lista fabricantes de rodas, amortecedores, freios, sistema de direção, bancos, tanques de combustível, motores e transmissões, sendo que cinco delas são afiliadas da Chery.

Existem também dois prestadores de serviços de logística (uma deles já confirmado, a Brazil) e três de serviços gerais. A previsão é que em dois anos o parque já esteja operando normalmente.

General Motors faz 15 anos em Gravataí (RS)

21/07/2015 – Fonte: Automotive Business



O complexo industrial da General Motors em Gravataí (RS) completou 15 anos na segunda-feira, dia 20 de julho. A unidade foi a primeira da GM do Brasil a se instalar fora do Estado de São Paulo e desde o início adotou o conceito de condomínio industrial,

reunindo ao seu redor os principais fornecedores. Do ano 2000 até hoje saíram dessa fábrica mais de 2,8 milhões de automóveis.

O primeiro carro montado na unidade foi o Chevrolet Celta, que deixou de ser produzido há algumas semanas. O condomínio industrial tem cerca de 9 mil trabalhadores e 19 empresas fornecedoras, que entregam partes prontas e itens para o processo produtivo dos automóveis.

O complexo passou por duas ampliações, uma em 2006, possibilitando uma produção de 230 mil unidades/ano, e outra em 2012, aumentando a capacidade para 350 mil unidades/ano. É a unidade mais produtiva da GM no Hemisfério Sul, capaz de montar mais de um carro por minuto.

SUSTENTABILIDADE

Segundo a General Motors, a unidade foi a primeira da empresa no Brasil a receber a certificação Zero Aterro por reciclar 100% dos resíduos gerados. A fábrica tem ainda uma política de gestão ambiental voltada à prevenção de impactos e ao uso racional de recursos naturais.

No fim de 2014 recebeu a certificação internacional Energy Star, concedida a unidades que reduzam o consumo de energia elétrica em, no mínimo, 10% em um prazo de até cinco anos. A diminuição registrada teria sido de 17%, gerando economia de US\$ 100 mil anuais em eletricidade.

A instalação da fábrica desenvolveu a região. Em pouco mais de uma década, o PIB de Gravataí saltou de R\$ 50 milhões para mais de R\$ 650 milhões. O município também passou a ser destaque em captação de ICMS, ocupando até o ano passado a quinta posição entre as cidades que mais arrecadam o tributo no Estado. O complexo automotivo é responsável por quase 60% desse total.

CONHEÇA O HISTÓRICO DE GRAVATAÍ:

- em 17/3/1997 ocorre o anúncio do município de Gravataí como sede do Complexo da GM;
- em 20/7/2000 é inaugurado oficialmente o complexo industrial; - Chevrolet Celta é lançado em 2/9/2000;
- em 20/5/2005 a GM comemora o 500.000º Celta;
- a montadora lança o Prisma, sedã derivado do Celta, em 1º/10/2006;
- em 20/5/2008 Gravataí atinge milionésimo carro fabricado;
- obras do Projeto Onix se iniciam em 9/06/2010;
- em 27/8/2010 Gravataí celebra 1,5 milhão de veículos;
- Chevrolet Onix é lançado em 30/10/2012;
- segundo milhão de carros vem em 13/12/2012;
- novo Prisma surge em 26/2/2013, agora compartilhando projeto com o Onix;
- em 25/7/2014 a unidade gaúcha celebra 2,5 milhões de veículos.

Brasil já paga taxa de juros de país sem grau de investimento

21/07/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil ainda não perdeu o chamado grau de investimento, espécie de selo de bom pagador da dívida das agências de risco, mas os juros da dívida brasileira negociados no exterior já são compatíveis com o de países como a Rússia, considerada uma opção especulativa de aplicação por ter um alto risco de inadimplência.

Para um prazo de dez anos, os juros brasileiros negociados nesta segunda (20) estavam em 4,889% ao ano –acima dos 4,877% da Rússia, país com avaliação "Ba1" da Moody's, a primeira nota especulativa da agência.

Hoje, o Brasil tem avaliação "Baa2", a segunda nota do grau de investimento da Moody's (veja ao lado).

As taxas subiram nos últimos dias, mas estão abaixo dos 5,107% de 17 de março, logo após a série de protestos contra o governo Dilma.

A agência está concluindo a revisão da avaliação do país, cujo rating tem perspectiva negativa, sugerindo que deverá ser rebaixado para "Baa3" –nota da Turquia, que paga juros de 4,682% para a dívida de dez anos.

Mesmo se for rebaixado pela Moody's, no entanto, o Brasil seguirá com grau de investimento, porém, no primeiro degrau. Será a mesma posição que tem nas agências Standard & Poor's e Fitch.

O rebaixamento brasileiro pela Moody's é dado como certo pelos investidores.

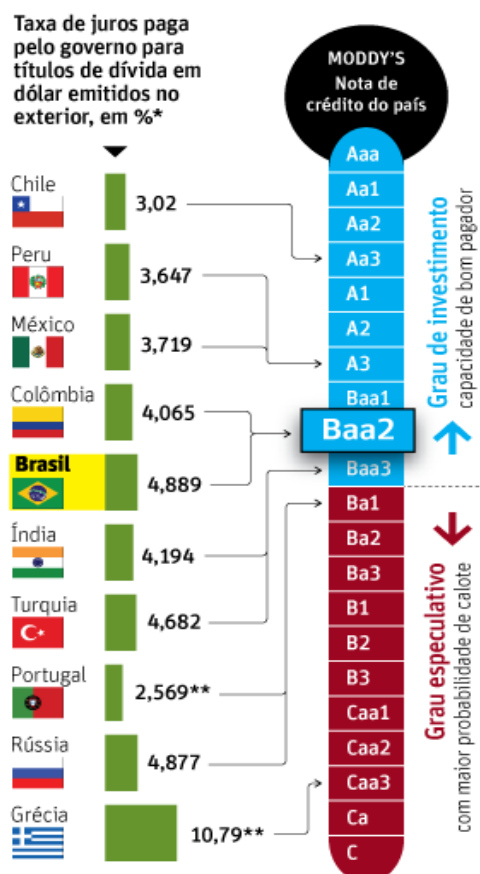
A dúvida é se a agência vai manter a perspectiva negativa. Se isso ocorrer, será sinal de um possível novo rebaixamento e, dessa vez, perdendo o grau de investimento.

Nos negócios com CDS ("credit default swap", em inglês), um "seguro" para cobrir eventuais calotes, a situação do Brasil é um pouco melhor. O CDS de cinco anos está em 275 pontos, abaixo dos 314 da Rússia, mas acima de Turquia (217) e Índia (175).

O investidor que compra proteção para um título do Brasil de US\$ 10 milhões paga US\$ 275 mil por ano ao vendedor do CDS. Em julho de 2014, pagava US\$ 140 mil.

CRÉDITO CARO

Brasil paga juros de país com nota inferior



Fontes: Bloomberg e Moody's
*com vencimento em dez anos **em euro

Faturamento de pequenas empresas de SP cai 10,2%

21/07/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A receita das pequenas e médias empresas de São Paulo caiu 10,2% em maio, em comparação ao mesmo mês do ano passado. Em todos os meses desse ano o faturamento dos negócios desses portes foi menor em relação a 2014. Os dados são do Sebrae-SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Na comparação com abril, o faturamento das pequenas empresas aumentou 0,1%. Apesar de ser uma leve alta, o coordenador da área de pesquisa do Sebrae-SP, Marcelo Moreira, classifica como o resultado como péssimo. "Maio é o dia das mães, a segunda data comemorativa mais forte para o comércio", afirma.

A queda no comércio foi de 4,5% em relação a 2014. Os outros setores foram ainda pior. Serviços caíram 13,6%, e a indústria, 17,4%.

Uma das explicações para uma queda de 10,2% de faturamento é que as pequenas empresas são muito dependentes do mercado interno. Segundo Moreira, apenas 1% dos negócios desses portes exportam.

Para fazer a pesquisa, o Sebrae-SP entrevista 2.700 proprietários de pequenas e médias empresas. E 60% deles afirmaram que esperam estabilidade no faturamento no segundo semestre de 2015, em relação ao ano passado.

Receita Federal alerta empresários para golpe por telefone

21/07/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Receita Federal alerta os empresários para um golpe envolvendo a venda de suposta publicação em nome do órgão.

Segundo a Receita, o empresário recebe ligação de uma pessoa oferecendo a assinatura de uma suposta "revista dos auditores", dando a entender que, sem a colaboração, ele ficará sujeito a uma fiscalização da Receita.

Os golpistas usam o nome de um auditor fiscal e o endereço de uma unidade da Receita. O nome do auditor e o endereço são verdadeiros, mas usados indevidamente, pois o auditor fiscal e a Receita não têm nenhuma relação com o telefonema.

A Receita informa que não oferece assinaturas de publicações e não contata contribuintes para vender produtos ou ameaçá-los.

"Nenhuma empresa ou pessoa física vai ser ou deixar de ser fiscalizada por ter feito ou não assinatura ou anúncio em qualquer revista ou doação a quem quer que seja", diz o órgão.

As pessoas que prometem tal "serviço" ou "proteção" são criminosas e devem ser denunciadas para a polícia, esclarece a Receita.

Se usarem identificação falsa - fazendo-se passar por servidores - poderão responder, além do crime de estelionato, por falsidade ideológica, tendo de responder, ainda, pelos danos causados à imagem da instituição e do próprio servidor indevidamente envolvido.

Os contribuintes que forem vítimas desse golpe podem entrar em contato com alguma unidade da Receita, pessoalmente ou através dos telefones que podem ser obtidos no site

da Receita na internet (<http://idg.receita.fazenda.gov.br> - Acesso à Informação - Institucional - Quem é Quem - Unidades Regionais e Locais).

Número de empresas inadimplentes sobe 5,38% no primeiro semestre

21/07/2015 – Fonte: Agência Brasil

O número de empresas com dívidas atrasadas subiu 5,38% no primeiro semestre, divulgaram hoje (20) o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Na comparação com maio, o indicador de junho ficou praticamente estável, subindo apenas 0,09%. No entanto, o total de empresas inadimplentes aumentou 8,05% em relação a junho do ano anterior, o segundo maior crescimento nessa comparação, desde agosto de 2013.

De acordo com a CNDL, a alta da inadimplência das empresas decorre da deterioração da economia. Segundo a entidade, a forte alta dos juros reduziu o faturamento das empresas e aumentou o custo do capital.

O setor com maior crescimento no número de empresas devedoras foi serviços, com alta de 12,56% em junho, em relação ao mesmo mês do ano passado. Em segundo lugar, ficou a indústria, com aumento de 8,71%.

Em relação ao estoque das dívidas, as empresas de comércio concentram quase metade das empresas devedoras (49,39%). No setor de serviços, a proporção chega a 37,22%.

Segundo o levantamento, as dívidas mais antigas, com atrasos de três a cinco anos, subiram 13,82% no mês passado, em relação a junho de 2014. O número de devedores com pendências recentes, de até 90 dias de atraso, aumentou 2,3%.

A Região Sudeste puxou o crescimento do número de empresas inadimplentes, com alta de 11,38% em junho, na comparação com o mesmo mês de 2014. O Nordeste ficou em segundo lugar, com variação de 10,77%. As duas regiões concentram o maior número de dívidas não pagas: 44,84% e 19,53%, respectivamente.

Confiança da indústria sobe 0,6% em julho ante junho, aponta prévia da FGV

21/07/2015 – Fonte: EM.COM

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de julho subiu 0,6% na comparação com o resultado final de junho, para 68,5 pontos, informou nesta terça-feira, 21, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O dado indica uma leve alta após o índice atingir no mês passado o menor nível de toda a série histórica, iniciada em abril de 1995. Em junho, a confiança da indústria cedeu 4,9% em relação a maio.

Na comparação com julho de 2014, sem ajuste, a prévia anunciada hoje aponta recuo de 19,1% na confiança. A média histórica recente do indicador está em 98,6 pontos. "O resultado da prévia de julho foi determinado pela melhora das expectativas em relação aos meses seguintes", informou a FGV, em nota oficial.

A prévia de julho mostra que o Índice de Expectativas (IE) avançou 3,3% em julho ante o mês anterior, para 68,0 pontos, após ter atingido em junho o menor nível de toda a série.

Já o Índice da Situação Atual (ISA) recuou 2,0% no período, para 69,0 pontos, o menor nível desde outubro de 1998 (67,3 pontos).

Nuci

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 78,5% em julho, segundo a prévia da Sondagem da Indústria divulgada hoje pela FGV. O resultado, já livre de influências sazonais, é maior do que o apurado no dado final da sondagem de junho, que foi de 78,2%.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 781 empresas entre os dias 01 e 16 deste mês. O resultado final da pesquisa referente a julho será divulgado no próximo dia 27.

Governo confirma flexibilização de regras do mercado de resseguro

21/07/2015 – Fonte: EM.COM

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), presidido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, decidiu flexibilizar a regra que limita em 20% a transferência de risco em operações de resseguro para o exterior entre empresas do mesmo grupo.

Antecipada pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, na semana passada, a decisão consta de resolução que modifica norma anterior sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação.

Outra novidade trazida no novo texto é a redução gradual do percentual de reserva de mercado para resseguradoras locais.

Segundo a nova regulamentação, "para empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior, desde que sejam resseguradores admitidos ou eventuais, aplicam-se os seguintes limites máximos de transferência do prêmio correspondente à cada cobertura contratada: 20%, até 31 de dezembro de 2016; 30%, a partir de 1º de janeiro 2017; 45%, a partir de 1º de janeiro de 2018; 60%, a partir de 1º de janeiro de 2019; e 75%, a partir de 1º de janeiro de 2020".

O novo texto também determina que "a sociedade seguradora contratará ou ofertará preferencialmente a resseguradores locais, ao menos, 40% de sua cessão de resseguro em contratos automáticos ou facultativos", observando os prazos e os percentuais a seguir de cessão de resseguro para resseguradores locais: 40%, até 31 de dezembro de 2016; 30%, a partir de 1º de janeiro de 2017; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2018; 20%, a partir de 1º de janeiro de 2019; e 15%, a partir de 1º de janeiro de 2020".

Por meio da resolução, O CNSP ainda institui seu Regimento Interno e uma comissão consultiva que terá como finalidade "propor medidas voltadas a corrigir eventuais assimetrias entre a regulação brasileira de resseguros e as melhores práticas globais". A comissão deverá submeter ao CNSP relatório com as propostas em até 120 dias.

O Conselho Nacional de Seguros Privados é o órgão normativo das atividades de seguro do País. Vinculado ao Ministério da Fazenda, o Conselho é composto pelo ministro da Fazenda ou seu representante, na qualidade de presidente, pelo superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), na qualidade de vice-presidente, e por representantes do Ministério da Justiça, do Banco Central do Brasil, do Ministério da Previdência Social e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Fiat, Ford, BMW e Ferrari convocam recall

21/07/2015 – Fonte: EM.COM

Quatro novos recalls foram anunciados na segunda-feira, 20, no Brasil. O maior deles, da Fiat, envolve 62,3 mil unidades dos modelos Grand Siena e Fiorino ano modelo 2014. A empresa identificou riscos de o volante se desprender da coluna de direção.

Só neste ano, até a segunda-feira, o Procon de São Paulo registrou 63 campanhas de recall envolvendo 1,152 milhão de veículos (dos quais 56.188 são motocicletas e triciclos).

O número de veículos envolvidos é 43,7% maior que o do mesmo período do ano passado, quando foram feitas 46 campanhas para 801,8 mil veículos. Desse total, 7.776 eram motos e triciclos.

A Ford convocou, na segunda-feira, 20, 14.730 unidades do Fusion 2011 e 2012 (fabricados no México) para corrigir defeito no sistema de direção elétrica.

A BMW identificou falhas no cinto de segurança e faz recall para 51 unidades dos modelos 328 GTM, 428 Gran Coupé e M3 Sedan fabricados de setembro a dezembro de 2014.

Airbag

Já a convocação mundial de 2,6 mil esportivos da Ferrari tem três unidades no Brasil. O problema que levou a essa convocação é no airbag fabricado pela empresa japonesa Takata, envolvida no maior recall já ocorrido na história, que envolve 53 milhões de veículos em diversos países desde 2008.

A Via Itália, importadora oficial da Ferrari no País, informou na segunda-feira que apenas um dos modelos está em posse de cliente. “Os outros dois ainda fazem parte do estoque e serão devidamente reparados antes que sejam comercializados”, informou a empresa em comunicado.

Modelos da Ferrari vendidos no País custam atualmente entre R\$ 1,85 milhão e R\$ 3,5 milhões.

Venda do HSBC para o Bradesco está prestes a sair

21/07/2015 – Fonte: Exame



O Bradesco passou para a fase final da disputa pelo HSBC Brasil e negocia o ativo com exclusividade, de acordo com fontes ouvidas pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

O banco teria feito oferta vinculante, conforme as mesmas fontes, por toda a operação no País acima do patrimônio líquido do conglomerado, de cerca de R\$ 12 bilhões.

O anúncio oficial da venda deve sair até a semana que vem, segundo fonte com conhecimento no assunto.

O Goldman Sachs, que assessora a negociação, estipulou agosto como data final. Neste momento, executivos dos bancos negociam os detalhes da aquisição e a expectativa, conforme fontes, é de que o anúncio ocorra antes da divulgação de resultados do HSBC em Londres, dia 3 de agosto.

O Bradesco deve levar toda a operação do grupo no Brasil e não apenas o varejo. Ao avaliar a operação, chamou a atenção do banco a plataforma de atacado do HSBC no País, em especial, a área de corporate sales, que responde pela área de derivativos, câmbio etc. Toda a unidade gera receitas anuais de US\$ 1 bilhão, conforme fonte.

Também atraiu o balcão de seguros, hoje, nas mãos da alemã HDI, e o quadro de talentos do banco, segundo executivos de mercado.

O outro competidor, o Santander, teria ficado de fora da disputa por ter feito uma oferta apenas pelo segmento de varejo, uma vez que já possui a estrutura de corporate sales.

Uma fonte, porém, garante que a proposta do espanhol era para todo o conglomerado. Além disso, outro indício de que o Santander teria ficado de fora, conforme outra fonte, é o fato de o banco ter cobijado executivos de atacado de outras instituições, inclusive, do HSBC. No fim, teria contratado Mário Leão, do Morgan Stanley.

Favorito

Na prática, o Bradesco foi tido como o favorito a levar o HSBC Brasil desde o início do processo de venda do banco no País. Fontes de mercado dizem que, antes mesmo disso, já existia uma negociação bilateral com o HSBC.

As conversas não teriam ido para frente, porém, pelo fato de o Goldman Sachs ter oferecido assessoria financeira para tentar conquistar mais recursos pelo ativo. De acordo com fontes, esse esforço não teria sido bem-sucedido já que a negociação voltou para o ponto de partida.

Com a venda do HSBC no Brasil, o banco inglês deve estruturar uma operação de atacado do zero, utilizando a mesma licença ou solicitando uma nova para atuar. Executivos da instituição que podem ficar na nova fase já foram sondados na semana passada, conforme uma fonte. Uma pequena lista foi feita com nomes de candidatos para ser apresentada ao comprador.

Estratégia

Comprar o HSBC, com cerca de R\$ 168 bilhões em ativos, segundo o Banco Central, significa para o Bradesco encostar em seu principal concorrente, o Itaú, em ativos, praticamente eliminando a distância erguida desde a fusão com o Unibanco.

Se o comprasse, considerando dados do primeiro trimestre, ultrapassaria a cifra de R\$ 1,2 trilhão, perto do R\$ 1,295 trilhão do Itaú ao fim de março.

Como em qualquer fusão ou aquisição (M&A, na sigla em inglês), um negócio só é dado como certo após a conclusão do processo de due diligence (investigação e auditoria das informações). Se algo der errado, o Santander ou um novo comprador pode ser requisitado.

Desde o início da venda do HSBC Brasil, fontes dizem que o Itaú só levaria o ativo por um preço abaixo do patrimônio líquido. Procurados, o HSBC e o Goldman Sachs não se manifestaram.

No Bradesco, ninguém foi encontrado para comentar o assunto. O Santander também preferiu não falar a respeito da disputa pelo HSBC. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CCEE contabiliza 11 liminares contra déficit hídrico

21/07/2015 – Fonte: Exame



A próxima liquidação financeira de contratos de energia elétrica, que acontece em 5 e 6 de agosto, já contabiliza 11 liminares que protegem dezenas de empresas do déficit de geração hidrelétrica, segundo levantamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) até esta segunda-feira.

Com isso, agentes que não têm proteção judicial, como pequenas usinas hídricas, empresas do Grupo Eletrobras e concessionárias de distribuição, têm pleiteado uma paralisação ou parcelamento da liquidação financeira dos contratos.

O déficit hidrelétrico, conhecido tecnicamente como GSF, deveria ser dividido entre as geradoras hídricas e as distribuidoras, que assumem a exposição na CCEE de usinas antigas, cuja concessão foi renovada em 2013.

Com a disputa judicial, no entanto, as empresas que não possuem liminares precisariam bancar o déficit de geração das demais causado pela severa seca nos últimos dois anos.

O temor no mercado cresceu com a cobrança, pela CCEE, dos valores que devem ser depositados até terça-feira como garantia financeira pelas empresas que participam da liquidação. A chamada de garantias permitiu aos agentes envolvidos uma prévia do tamanho da conta que vem por aí caso as decisões judiciais sigam vigentes e o governo não consiga costurar uma solução a tempo para o problema.

“Seria prudente que essa liquidação fosse suspensa ou cancelada, sob pena de que haja uma situação muito difícil. Alguns agentes não conseguirão aportar as garantias... os valores ficaram muito maiores (do que os exigidos em meses anteriores)”, disse à Reuters o presidente da Abragel, Charles Lenzi.

A Abragel representa empreendedores do segmento de pequenas hidrelétricas (PCHs), que ainda não obtiveram liminares, e reclamam de faturas de duas a quatro vezes maiores que em liquidações financeiras anteriores, de acordo com Lenzi.

Já a Abradee, que representa as distribuidoras, encaminhou ofício à Aneel no qual pede que eventuais débitos dessas empresas na liquidação decorrentes do GSF sejam parcelados, de modo que sejam quitados a cada mês somente valores correspondentes ao que as concessionárias já arrecadaram via tarifas.

As geradoras da Eletrobras também são ameaçadas pela situação, uma vez que o grupo ainda não obteve liminar. No início do mês, o presidente da estatal, José Costa Neto, disse em entrevista à imprensa que não descartava uma ação judicial contra o déficit hídrico.

A Abrage, que reúne investidores em grandes hidrelétricas, entre os quais a própria Eletrobras, estuda pedir um adiamento da liquidação financeira, segundo o presidente da associação, Flávio Neiva. Ele disse que a decisão será tomada após consulta aos associados, mas uma ida aos tribunais está descartada justamente pela presença de estatais federais no quadro da entidade.

A CCEE disse, por meio da assessoria de imprensa, que a liquidação financeira está mantida para 5 e 6 de agosto.

ESPERA POR DECISÃO MEXE COM MERCADO

Segundo dados da CCEE, as hidrelétricas do país tiveram déficit geração de cerca de 18,8 por cento em maio, enquanto em junho a expectativa é de um "rombo" de cerca de 21,7 por cento.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou uma audiência pública sobre o déficit hidrelétrico entre 28 de maio e 6 de julho, mas ainda não colocou o tema na pauta de suas reuniões de diretoria.

O ministério de Minas e Energia informou, em nota, que "o assunto está em discussão entre os órgãos do governo envolvidos e os agentes do setor".

"Quem não tiver liminar vai acabar tendo que honrar (com os débitos das geradoras protegidas), o que pode resultar em um problema de fluxo de caixa (para as empresas prejudicadas)", afirmou o gerente de regulação da comercializadora Safira Energia, Fábio Cuberos. "Dependendo da decisão da Aneel, pode ser que a questão da inadimplência seja mais ou menos acentuada".

Com a incerteza, o mercado de energia elétrica tem registrado um ágio negativo, o que significa que empresas que possuem sobras de energia têm preferido vendê-la com desconto do que aguardar para liquidar os contratos na CCEE, devido à preocupação com os efeitos de uma eventual inadimplência.

Quando há calote nas liquidações de contratos do mercado de energia, os débitos não quitados são rateados entre as empresas que têm créditos a receber na CCEE.

"Todas as negociações no mercado de curto prazo estão com ágio negativo, e parte disso é, sim, um temor com o que pode acontecer na liquidação", disse Cuberos, da Safira Energia.

Faturamento dos pequenos empresários caiu 10,2% em maio

21/07/2015 – Fonte: Exame



O faturamento real das micro e pequenas empresas paulistas caiu pela quinta vez consecutiva e recuou 10,2% em maio, na comparação com o mesmo mês de 2014, de acordo com a pesquisa mensal Indicadores Sebrae-SP.

A queda do poder de compra da população tem reduzido o nível de consumo interno e, em maio de 2015 ante maio de 2014, os reflexos foram sentidos pela indústria (-17,4%), comércio (-4,5%) e serviços (-13,6%).

Segundo o Sebrae-SP, o fraco desempenho da economia brasileira impacta negativamente todos os setores.

“É um cenário preocupante, porque o ambiente permanece desfavorável às micro e pequenas empresas, que têm menor margem para contornar as adversidades”, diz o Sebrae-SP.

Entre os fatores que prejudicaram o setor estão o aumento do desemprego, o aumento da inflação e a piora na confiança.

Com isso, a receita em maio de 2015 foi R\$ 45,6 bilhões, o que significa R\$ 5,2 bilhões a menos do que em maio de 2014.

Analistas do Sebrae-SP avaliam que há mais gente sem emprego e os preços não param de subir, corroendo o poder de compra.

“Com menos para gastar ou medo de gastar porque o que vem pela frente é incerto, o consumidor se retrai e toda a cadeia [produtiva] é afetada”.

A expectativa para o segundo semestre é de estabilidade no faturamento para 60% dos proprietários.

Em relação à economia brasileira, 45% deles esperam manutenção no nível de atividade, ante 49% em junho do ano passado.

Outros 38% acreditam em piora no nível de atividade econômica no segundo semestre de 2015. Em junho de 2014, o percentual que esperava piora era 22%.

Steinbruch vende os anéis

21/07/2015 – Fonte: Isto É dinheiro

Em sua trajetória, o empresário Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ganhou notoriedade pela voracidade com que costumava ir às compras.

Nas grandes privatizações da década de 1990, por exemplo, Steinbruch se destacou. Na época, na plenitude dos seus 40 anos, ele recebeu a missão de procurar novos negócios para o grupo Vicunha, do setor têxtil, fundado por seu pai, Mendel Steinbruch, em sociedade com o empresário Jacks Rabinovich, três décadas antes.

Em 1993, arrematou a CSN, a maior siderúrgica do País, e, quatro anos depois, articulou com o Bradesco e com a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a formação do grupo que levou a mineradora Vale, empresa da qual ele saiu em 2000, após brigar com os sócios.

Seu estilo agressivo e “brigão” lhe proporcionou tantas vitórias quantos inimigos e o colocou entre os principais nomes do mundo dos negócios no Brasil. O atual momento do mercado de aço, no entanto, demanda uma postura diferente do empresário.

Sob o risco de ver a CSN em maus bocados financeiramente, em meio à escalada do seu endividamento, que encosta nos R\$ 20 bilhões, Steinbruch terá de deixar a voracidade de lado e passar a conjugar o verbo vender com mais frequência. Isso porque os tempos de vacas gordas e, principalmente, dos preços das commodities nas alturas ficaram para trás.

“Temos bons ativos, mas que não estão gerando o caixa necessário”, afirmou o empresário, durante evento do setor, na segunda-feira 13. Pela primeira vez, ele admitiu a intenção de negociar ativos do seu grupo ainda este ano.

A venda de ativos já vem sendo aventada como uma saída para a crise financeira da CSN há algum tempo por analistas de mercado. Steinbruch, fiel ao seu *modus operandi*, sempre se mostrou avesso à ideia.

Sua estratégia, afinal, é a de verticalizar. Não foi à toa que ele passou quase uma década em uma intensa briga judicial com a Vale, à época presidida pelo executivo Roger Agnelli, para, finalmente, em 2009, passar a ter o direito de usar o minério da Casa de Pedra, dona da terceira maior jazida de minério de ferro do País, com uma produção de 20 milhões de toneladas anuais, considerada a menina dos olhos de Steinbruch – e hoje um dos seus ativos que podem ser negociados.

A questão é que nem o minério da Casa de Pedra nem o aço da CSN estão encontrando mercado. “Esse setor é muito dependente das vendas de carros e linha branca”, afirma Daniel Marques, analista-chefe da corretora Gradual Investimentos.

“São, exatamente, os dois segmentos da indústria com pior desempenho, atualmente.” No primeiro trimestre deste ano, a receita líquida da CSN caiu 8%, para R\$ 4 bilhões, em comparação ao mesmo período do ano passado. Em 2014, a queda fora de 6,9%, para R\$ 16,1 bilhões, frente ao ano anterior.

O prejuízo líquido da companhia, nos últimos dois anos, soma quase R\$ 600 milhões. Seu endividamento atingiu R\$ 19,97 bilhões no primeiro trimestre, o equivalente a 4,8 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), acima do limite de três vezes o Ebitda, considerado seguro pelos analistas no setor siderúrgico.

O resultado é a perda de 83% do valor de mercado da CSN, que de R\$ 41 bilhões, em 2009, patina nos atuais R\$ 7 bilhões. Apesar de possuir um caixa de, aproximadamente, R\$ 12 bilhões, a situação da CSN não é sustentável por muito tempo, caso os maus resultados perdurem.

O mercado, por sua vez, não tende a melhorar. A expectativa para 2015 é de uma queda de 12,8% no consumo de aço no País, segundo o Instituto Aço Brasil. “A perspectiva é negativa”, afirma Daniela Martins, analista da corretora Concórdia.

“O Steinbruch se mostra relutante em vender, mas ele vai ter de tomar essa atitude.” Para muitos observadores, não há tempo para delongas. Como diz um executivo de um grande banco estrangeiro, citado em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo: “hoje eu diria que a situação da CSN é vender o anel para não perder o dedo.”

Se esperarem mais um pouco, vão ter de cortar um dedo para não perder a mão.” O próprio Steinbruch já ensaiou os primeiros passos, nessa direção, entabulando negociações com alguns bancos, encarregando-os de encontrar compradores para ativos não estratégicos.

Inclusive admite a entrada de sócios em divisões como a de mineração, uma das cinco em que atua o grupo (além da siderúrgica, cimento, logística e energia). Seu primeiro movimento, ao que tudo indica, será passar para frente a participação de 14,1% da CSN na Usiminas.

Em abril deste ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou que a empresa deveria vender suas ações na companhia, em virtude da concentração de mercado.

Trata-se de um negócio, aparentemente, mais fácil de concretizar, uma vez que o ativo interessa aos outros sócios de Steinbruch na siderúrgica mineira, no caso a japonesa Nippon Steel, dona de 30% do capital, e o grupo ítalo-argentino Techint, que detém 38%, através da Ternium.

Conta a favor do brasileiro o fato de os dois sócios estarem em guerra declarada pelo controle da Usiminas, desde setembro do ano passado. A participação da CSN daria ao comprador uma vantagem. Steinbruch, no entanto, tentou na Justiça obrigar a Ternium a comprar sua parte na empresa, pelo preço das ações vigente em 2011.

Seu argumento era de que, naquele ano, ao adquirir uma participação na Usiminas, a Ternium assumiu o comando de fato e, portanto, deveria ter feito uma oferta pública (OPA) aos minoritários, o que não aconteceu.

Essas jogadas, que, no passado, garantiram bons negócios ao empresário, hoje podem atrapalhar. Apesar de ser a "noiva cobiçada" na disputa entre Nippon e Techint, a CSN está também em uma posição delicada.

"Difícilmente, a empresa encontrará comprador no mercado para essas ações", afirma Artur Losnak, analista do Banco Fator. A falta de interessados é um obstáculo, também, para a venda dos outros ativos da companhia. Além da Usiminas, as prioridades de venda seriam, segundo fontes de mercado, as operações nas áreas de logística e energia.

O grupo controla terminais portuários de carvão e minério de ferro no Rio de Janeiro e possui participações nas ferrovias MRS e Transnordestina e em usinas hidrelétricas e térmicas de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Esses negócios, porém, estão relacionados, de alguma forma, ao setor de aço. Os possíveis interessados seriam, portanto, empresas do setor, a própria Usiminas, cuja situação financeira é mais delicada que a da CSN, e a Gerdau, que anunciou, na segunda-feira 14, um polêmico plano de reestruturação (leia mais aqui).

"É difícil saber, neste momento, quem teria interesse em investir nesse setor no Brasil, mesmo tendo dinheiro", diz Marques, da Gradual Investimentos.

"Talvez os chineses." A sinuca de bico em que se meteu Steinbruch é fruto de dois componentes. Um deles, incontrolável, é o mercado. Quando traçou seus planos, o empresário surfava como poucos no crescimento do País, que chegou a 7% em 2012, e também no avanço da economia chinesa, cujas taxas de crescimento de dois dígitos praticamente pediam por mais agressividade por parte dos empreendedores.

O segundo componente dessa história é, justamente, a dosagem dessa força. Em um momento de crise, é preciso ter paciência, saber a hora certa de investir e, também, de reduzir de tamanho. Steinbruch já mostrou que é muito eficiente na arte de pechinchar na hora da compra. Agora, terá de provar que sabe vender suas joias pelo preço adequado.

Contra a crise, Vale foca pesquisa em produtividade

21/07/2015 – Fonte: Isto É dinheiro

Em tempos de orçamento enxuto e preço dos metais em baixa, a Vale aciona os cérebros a serviço de sua área de pesquisas para trabalhar em busca de maior produtividade. Em linguagem popular, o foco é fazer do limão uma limonada, isto é, ajudar a mineradora a extrair o maior valor das operações já existentes com o menor investimento possível.

Em 2015, a mineradora destinará US\$ 900 milhões do orçamento anual (US\$ 9 bilhões) para pesquisa e desenvolvimento (P&D). Alguns projetos já estão sendo encaminhados às áreas de negócios, que batem o martelo para sua execução.

Nessa lista estão pesquisas nas minas de Onça Puma e Sossego, no Estado do Pará. O diretor de Exploração e Projetos Minerais da Vale, Marcio Godoy, conta que as sondagens ao redor de Onça Puma detectaram depósitos satélites de níquel com teores superiores aos já processados. A expectativa é que a Vale consiga elevar de 1,8% para 2% o teor do metal extraído, elevando seu valor de mercado.

No caso da operação de cobre de Sossego, em Carajás, a meta é estender a vida útil da mina. As atividades foram iniciadas em 2004 e, pelo projeto original, terminariam em 2015. Os estudos já estenderam a vida útil da unidade até 2024.

A ideia é esticá-la por pelo menos mais uma década, estima Godoy. As pesquisas geológicas e estudos de processos que permitirão o aproveitamento de novos corpos de minério estão em conclusão e serão submetidos ao conselho da Vale.

"O segredo da mineração é conhecer bem a sua jazida para extrair o máximo de produto aplicando o mínimo de capital", diz Godoy. Nesse novo ciclo de baixa do minério de ferro e dos preços dos metais, a mineradora deslocou os esforços da pesquisa de projetos greenfield (iniciados do zero) para exploração brownfield (já existentes).

Nos dois casos acima as pesquisas foram realizadas pelo Centro de Desenvolvimento Mineral (CDM), em Santa Luzia, na Grande Belo Horizonte, primeiro centro de pesquisas da Vale, que completa agora 50 anos.

Foi lá que a empresa desenvolveu a tecnologia para explorar os minérios de itabiritos quando suas reservas de hematita no Quadrilátero Ferrífero - minério mais puro, de alto teor de ferro - entraram em declínio nos anos 60. A criação do CDM ajudou a Vale a dar o primeiro salto tecnológico na mineração de ferro.

Bactérias

Além de aprimorar processos de produção já existentes, os pesquisadores da companhia também desenvolvem novas tecnologias. Desde sua criação, em 1965, o CDM obteve o registro de 450 patentes.

Uma das novas apostas em inovação tecnológica é o uso industrial da biolixiviação, técnica que utiliza bactérias para estimular a extração de cobre contido em minérios que hoje não são processados por falta de uma rota economicamente viável.

A pesquisa da biolixiviação está em curso desde 2011 e já consumiu US\$ 1,5 milhão. Inicialmente ela será aplicada a minérios oxidados encontrados na superfície do depósito de cobre de Sossego, mas pode ser base para a extração de níquel e fosfato, diz o engenheiro Felipe Hilário, coordenador do projeto.

Um dos objetivos é reduzir custos, já que o uso industrial das bactérias dispensa a construção de uma planta de ácido sulfúrico, estimada em 30% do capital investido na produção do cobre. O ácido libera o cobre de minerais associados.

A ideia é misturar o enxofre ao minério e deixar as bactérias agirem como um catalisador do processo químico de produção do ácido sulfúrico. Os testes que darão dimensão da viabilidade industrial estão começando no CDM e devem levar quase um ano.

"O que estamos fazendo é repetir um fenômeno que acontece na natureza em escala industrial", explica Hilário.

Os pesquisadores do CDM também reproduziram uma pequena planta para processar o minério de transição da mina de cobre de Salobo (PA). Lá são feitos testes para capturar o cobre de menor teor, por meio da alteração de reagentes.

Com a flotação (separação de impurezas) a expectativa é levar esse mineral, que hoje não pode ser processado, de um teor de 1% para 39% de cobre. O processo também reduz a necessidade de lavar mais minério. "É um apoio bem prático para melhorar a produtividade de uma operação", cita Godoy.

O diretor de Exploração e Projetos Minerais destaca que pesquisas na mesma linha estão sendo realizadas na área de fertilizantes, para viabilizar o aproveitamento de fosfato sem grandes investimentos em reforma de unidades como Araxá (MG) e Catalão (GO).

Na mina de Bayovar, no Peru, há análises para a eliminação de matéria orgânica para permitir o uso do fosfato em plantas de ácido fosfórico no Brasil.

O CDM também pesquisa formas de viabilizar o aproveitamento das terras raras, um conjunto de 17 elementos usados na indústria de alta tecnologia e encontradas dentro das operações de fertilizantes. Embora sejam abundantes, ao contrário do que diz o nome, as terras raras são de difícil extração

Profundidade da crise surpreende e especialistas discutem saídas

21/07/2015 – Fonte: Estado de S. Paulo

Consultores, analistas de mercado e acadêmicos especializados em crescimento econômico já davam como certo que em 2015 o Brasil terminaria o ano no vermelho. Será uma retração na casa de 2% – a maior desde que a economia encolheu 4,3% em 1990. Os indicadores não deixavam dúvida (veja quadro abaixo).

Alimentava-se a esperança de que o cenário seria de lenta recuperação, seguida em 2016 de crescimento – um crescimento pífio, mas crescimento. Na semana que passou, os especialistas começaram a rever – para baixo – as projeções do ano que vem. Porém, veio do próprio governo a sinalização de que tende a prevalecer o cenário traçado pelo pior dos pessimistas.

O índice de atividade do Banco Central, que funciona como uma prévia da expectativa do desempenho da economia, indicou que a recessão pode se prolongar e tomar conta do País também em 2016.

Durante a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária, sexta-feira, no Rio de Janeiro, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, confirmou a tendência ao declarar que o Brasil passa por uma transição "um pouco difícil".

O Estado publica hoje uma série de entrevistas e artigos que analisam as origens da estagnação e indicam alternativas para que o País volte a crescer. Não será fácil. "A gente viveu de forma artificial durante muitos anos. Agora precisa piorar antes de melhorar", diz o professor Samuel Pessoa, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

O economista Regis Bonelli está espantado com o pessimismo que tomou conta do País e alimenta uma recessão como poucas vezes se viu na história. "A gente está caindo, deslizando: 2015 é fundo do poço", diz. Duas tábuas de salvação para este momento – o

aumento das exportações e os investimentos em infraestrutura, por meio de concessões – estão patinando e podem não vingar. O pior é que o cenário futuro é de mais desalento: “Ninguém está imaginando que a gente vai crescer muito até 2018. Vai ser um quadriênio de crescimento muito lento”, diz. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o seu cenário para a economia neste e nos próximos anos? Trabalho com economia há mais de 40 anos e não me lembro de ver um período tão pessimista, tão deprimente. Em 2009, a gente viveu um momento difícil, mas ficou muito claro que a economia reagiria.

Agora, não. A gente está caindo, deslizando há vários trimestres. Está meio claro que, no curto prazo, a gente vai ter que amargar um período recessivo, com o nível de atividade muito reprimido: 2015 é o fundo do poço.

A nossa previsão para o PIB deste ano é uma queda de 1,8%. Alguns economistas dizem que queda será de 2%, mas de 2% para 1,8% é a mesma coisa.

E para 2016?

Aqui no Ibre chegamos a um certo consenso de que teremos de continuar ajustando a demanda para 2016. Nossas perspectivas para o próximo ano não têm melhorado – muito pelo contrário. Imaginávamos que o último trimestre deste ano já apresentaria alguma recuperação. É um cenário possível, mas não é um cenário totalmente garantido.

Se tivermos um último trimestre bom – o segundo e terceiro trimestres estão perdidos –, é possível que a gente tenha uma recuperação que saia de uma base muito baixa. Agora, todos os nossos indicadores acumulados em quatro trimestres, todos mesmo, vêm mostrando o fundo do poço no último trimestre deste ano.

A nossa estimativa para o PIB do ano que vem é de 0,5%, se tivermos alguma recuperação no último trimestre deste ano.

Por que está piorando?

Por várias coisas. Por um lado, a demanda externa está demorando para reagir. A recessão, de um lado, está produzindo contração das importações mais alta do que a gente imaginava e, por outro lado, as exportações não estão se recuperando muito.

Outra coisa é a inflação corretiva, a inflação que vem da correção dos preços administrados. Os preços estavam defasados e agora estão corroendo a renda das famílias. É uma corrosão que, certamente, vai levar a uma contração do consumo das famílias neste ano e, possivelmente, no próximo. Não esperamos recuperação do consumo das famílias. Da parte do governo, o consumo vai ficar como está e o investimento vai cair.

O que poderia melhorar esse cenário?

Duas coisas que fariam a diferença ainda estão pouco claras. Uma delas é a possível reação das exportações. As exportações poderiam voltar, ainda neste ano, a dar algum dinamismo à economia.

Temos tido muita discussão aqui dentro sobre isso. Temos alguns episódios de empresas e setores que, com a estabilização do real, estão tendo um efeito sobre as vendas no exterior. Mas a reação pode não ser muito forte, porque o mundo está indo mal. A China está desacelerando. Não está claro se a Índia vai tomar o lugar da China como motor da economia mundial.

O que imaginávamos ser uma esperança para a economia há, digamos, três meses atrás, também parece que não vai se concretizar: os investimentos em infraestrutura com as

concessões. A gente imagina que o investimento vai cair novamente. No ano passado, tivemos uma queda de 4,4% no investimento. Não há sinal de que este processo vai mudar, uma vez que a capacidade ociosa vem aumentando. Dificilmente as empresas vão investir. Então, eu estou um pouco negativo no curto prazo. Certamente, todo mundo está.

O ajuste fiscal faz diferença?

Também estou muito pessimista, para ser franco, com o quadro fiscal. Acho que este ajuste fiscal está difícil de ser feito. Evitar a perda do grau de investimento, que vários analistas já dão como certa, é uma forma de mostrar para o mercado nacional e internacional que a gente é capaz de controlar o nosso endividamento. A batalha que o Ministério da Fazenda está travando é muito dura e não está claro se vai ser vencida.

A meta de superávit primário é viável?

Essa de 1,1%? De jeito nenhum. Acho que o ministro Joaquim (Levy) está correto de não alterar a meta por enquanto e batalhar o máximo possível para fazer o maior superávit primário possível.

A gente até está conseguindo controlar o gasto do governo central, estaduais e municipais. Mas o controle pode ser feito por um período, não para sempre. O problema é que a receita está despencando.

Há menos de receitas não recorrentes (que são eventuais, como a de privatizações). Sem receitas não recorrentes substanciais, a gente não vai conseguir chegar nesse número de 1,1% do PIB neste ano.

Passada a fase de ajuste, que parece ser mais longa do que se tinha esperado, dá para imaginar que o País voltará a crescer ou vamos continuar derrapando no baixo crescimento?

Eu acho que, a médio prazo, se voltarmos a crescer, vai ser muito lentamente. Eu não estou vendo grandes possibilidades de mudança. Os indicadores de confiança de empresas, indústria, comércio, serviços e consumidores estão em níveis muito mais baixos do que a gente jamais viu nos últimos dez anos.

Isso pode até virar, mas não tem nenhum motivo objetivo para imaginar uma virada na confiança neste momento. Então, a menos que ocorra uma desvalorização substancial da taxa de câmbio, e que o ajuste seja muito bem sucedido – não só neste e no próximo ano, mas também em 2017 ou 2018 – a gente vai continuar andando um pouco de lado.

Ninguém está imaginando que a gente vai crescer muito até 2018. Vai ser um quadriênio de crescimento muito lento.

Excesso de tributos gera séria ameaça à mineração

21/07/2015 – Fonte: Estado de S. Paulo

O excesso de tributações sobre a mineração pode tornar a atividade inviável em Minas Gerais se o pacto federativo não for revisado. Esse é o temor de empresários do setor diante da possibilidade de mais de 50 municípios mineiros criarem tributos semelhantes à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), conhecida como Taxa de Minério.

O imposto, que pode ser até três vezes maior do que o ICMS, é cobrado pelo Estado tendo como base de cálculo a tonelada de minério explorada. Como não há repasse do

recolhimento aos municípios, especialistas acreditam que as prefeituras de cidades mineradoras poderiam se basear na Taxa de Minério como forma de compensar a baixa arrecadação motivada pelo momento de retração da economia.

“O principal desafio do setor é revisar o pacto federativo, evitando que cada ente tenha soluções pontuais que agravem o cenário tributário. É necessário um grande esforço para rediscutir o tema”, afirmou o diretor jurídico da Vale, Octávio Bulcão Nascimento, em palestra no Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Hoje, um dos poucos consensos existentes entre empresas e governo na Comissão do Novo Marco Regulatório da Mineração é o de que a cobrança do royalty será transferida do faturamento líquido para o bruto, o que possivelmente irá garantir mais recursos para os municípios.

Além disso, a distribuição da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) também poderá passar por mudanças. Os recursos, hoje divididos entre município minerador (65%), Estado (23%) e União (12%), passariam a ser de 60% para os municípios, 20% para o Estado, 10% para a União e outros 10% para municípios atingidos pela mineração.

Para o coordenador de ordenamento mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Ricardo Ribeiro Parahyba, o marco regulatório da mineração não é unanimidade no setor. “Além disso – diz –, a chance de aumentar a alíquota da Cfem com o preço da commodity caindo é algo que precisa ser estudado. É essencial considerar o contexto tributário, que já é bastante grande”.

Qualificação

Para o desembargador e presidente da Amagis, Herbert Carneiro, há urgência na qualificação da Justiça para lidar com os conflitos do setor.

“Hoje, 140 das 296 comarcas mineiras estão envolvidas com a exploração minerária. O debate é necessário para que os operadores estejam mais preparados para enfrentar as demandas da atividade”.